

Políticas públicas, redes sociais e trajetórias pessoais: uma etnografia do ProJovem Adolescente

Public policies, social networking and personal development: an ethnography study of ProJovem Adolescente

Políticas públicas, redes sociales y trayectorias personales: una etnografía del ProJovem Adolescente

Les politiques publiques, les réseaux sociaux et le développement personnel: une ethnographie du programme ProJovem Adolescente

*Hildon Oliveira Santiago Carade**

Resumo: Este artigo é fruto de uma etnografia realizada em turmas de beneficiários do ProJovem Adolescente, localizadas no Alto das Pombas, bairro popular da cidade de Salvador. Meu objetivo é investigar as relações entre a implementação de políticas públicas e a trajetória pessoal de determinados atores. Para tanto, grande destaque será dado ao circuito de relações estabelecidas pelo programa, quais sejam, a sua inserção no bairro, as relações com a família, com as instituições públicas e o poder local. Este estudo almeja estabelecer uma abordagem alternativa às análises baseadas na eficácia e/ou eficiência de uma política pública, interessando-se em saber como os indivíduos produzem, reproduzem e ressignificam a produção estatal. Como conclusão, aponto para a importância da análise da trajetória dos indivíduos e das redes sociais se se quiser entender as tramas que emergem durante o processo de implementação de uma determinada política.

Palavras-chave: políticas públicas, juventude, ProJovem, redes sociais, trajetória pessoal.

Abstract: This article is the result of an ethnography conducted in classes of beneficiaries ProJovem Adolescente, located in the Alto das Pombas, popular neighborhood of Salvador. My goal is to investigate the relationship between the implementation of public policies and personal history of certain actors. Therefore, great emphasis will be given to circuit relations established by the program, namely, its insertion in the neighborhood, relations with family, with public institutions and local authorities. This study aims to establish an alternative approach to the analysis based on the effectiveness and/or efficiency of public policies, interested in knowing how individuals produce, reproduce and reframe state production. In conclusion, I point to the importance of analyzing the trajectory of individuals and social networks if you want to understand the plots that emerge during the process of implementation of a given policy.

Keywords: public policies, youth, ProJovem, networks, personal history.

* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorando em Antropologia pela mesma universidade. E-mail: hildoncarade@yahoo.com.br

Introdução Este artigo¹ propõe uma reflexão sobre a relação entre políticas públicas, redes sociais e trajetórias pessoais. Tive como campo empírico o contexto de implementação do ProJovem Adolescente, um dos quatro eixos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, no bairro do Alto das Pombas, uma das muitas áreas desprivilegiadas da cidade de Salvador. Porém, no início desta pesquisa, o ProJovem Adolescente ainda não operava com esta nomenclatura. Explico. Este projeto nada mais é do que a reformulação do Programa Agente Jovem. Logo, para compreender o processo de implantação do ProJovem Adolescente no citado bairro, proponho um mergulho no processo de transição no modelo de provisão à juventude, ocorrido no país entre os anos de 2007 e 2008. Neste trajeto, ficará mais claro ao leitor o que são estes programas e de que forma eles foram mobilizados pelos atores que deles participaram. Eis aí a intersecção entre políticas sociais e a biografia de determinados sujeitos.

Articulando-me em torno da ideia de mediação, atino para a possibilidade de articular os extremos tidos como irreconciliáveis pela cultura brasileira, a saber, o Estado e a sociedade, os poderosos e os despossuídos, enfocando, desta forma, os sujeitos que transitam em diversas esferas sociais, pilhando ideias, estilos de comportamento, retóricas políticas e práticas sociais. Nos termos de Velho e Kuschir (2001), estaríamos lidando com brokers:

Os indivíduos, especialmente em meio metropolitano, estão potencialmente expostos a experiências muito diferenciadas, na medida em que se deslocam e têm contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distin-

tos e mesmo contrastantes. Ora, certos indivíduos mais do que outros não só fazem esse trânsito mas desempenham o papel de mediadores entre diferentes mundos, estilos de vida e experiências (Velho e Kuschir, 2001, p. 20).

Veremos, no decorrer desta análise, que Benedito, orientador social do ProJovem Adolescente no bairro do Alto das Pombas, desempenhou um papel deveras importante no tocante à implementação do projeto, o que por vezes acarretava um amalgamento entre a sua trajetória pessoal e os destinos do programa. Neste sentido, evita-se pensar a implantação de uma política pública como algo restrito às altas esferas estatais, como se fosse uma ação insulada, incapaz de apreender as configurações sociais dos locais onde ela é estabelecida.

Assim, embora as políticas para a juventude sejam o palco das ações, eu não almejo uma análise de cunho avaliativa, cujo interesse seria tentar estipular os pontos positivos e negativos das iniciativas. Pretendo, pois, analisar como os atores interpretam, alteram e ressignificam aquilo que foi estabelecido em um desenho institucional de política social, atentando para a interação entre as disposições normativas e as ações dos sujeitos que vivenciam um determinado processo. Os dados etnográficos foram coletados no quadriênio 2008-2011. Vejamos, pois, toda a teia de relações suscitada pela implementação de políticas públicas no bairro do Alto das Pombas. Começemos com os primórdios da realização desta iniciativa no bairro, quando o ProJovem Adolescente ainda não operava com esta nomenclatura.

Quando o ProJovem Adolescente ainda se chamava Programa Agente Jovem

Grosso modo, o Programa Agente Jovem, doravante PAJ, constituía-se em uma das provisões estabelecidas pelo Estado – a partir da fusão das três esferas governamentais em torno das responsabilidades pela execução do projeto (o governo federal era responsável pela dotação orçamentária, ao passo que as instâncias estadual e municipal se ocupariam da execução do projeto) – endereçadas aos adolescentes na faixa de 15 a 17 anos de idade, que estariam enquadrados na frouxa categoria “jovens em situação de risco e vulnerabilidade social”. O objetivo do programa era formar jovens conscientes do seu papel enquanto cidadãos ativos, transformando-os, pois, em “protagonistas sociais” capazes de modificar e melhorar, a partir do efeito multiplicador, as condições de vida local (Brasil, 2000). O projeto baseava-se na metodologia da capacitação teórico-prática com duração de doze meses, cujo conteúdo teórico compreendia carga horária mínima de 300 horas/aula, e o prático envolvia a atuação do jovem na comunidade. A ementa do projeto previa dois tipos de núcleos: o básico, em que seriam abordados temas que despertassem a autoestima do jovem e o específico, que contemplava a ação comunitária nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente (Brasil, 2000).

O grupo etnografado era formado por vinte adolescentes (oito moças e doze rapazes), que eram assistidos por Benedito (nome fictício), orientador social do programa e

líder comunitário do bairro Alto das Pombas. Com seu pulso firme e carisma, trafegando na linha tênue entre a “autoridade” e o “afeto”, conforme discutido por Myriam Lins e Barros (1987), Benedito era o responsável por este núcleo do projeto [em Salvador havia cerca de 50 núcleos do programa], por sua inserção no bairro e fora dele.

A partir da leitura do desenho institucional do programa, pude observar algumas diferenças entre aquilo que o projeto preconizava e aquilo que de fato ocorria no âmbito do PAJ/Alto das Pombas. Primeiramente, a figura do orientador social deveria ser alguém que tivesse uma formação em nível superior. Todavia, Benedito mal havia completado o Ensino Médio. “A Prefeitura escolhe alguém do bairro mesmo para evitar os gastos com o transporte” – disse ele. Em verdade, o orientador social desempenhava um papel central em toda a trama. E aqui se desenrola a trajetória de mediação estabelecida por Benedito. Era ele quem ministrava todos os conteúdos pedagógicos do PAJ, embora o projeto estipulasse a existência de pedagogos que cumpririam as cargas horárias destinadas a assuntos referentes ao meio ambiente, à saúde e à participação social; era ele quem detinha o poder classificatório, nos termos de Bourdieu (1989), no tocante à seleção dos jovens a serem beneficiados pelo projeto, redefinindo a letra oficial do programa, retirando do rol de critérios de admissão a categoria “renda familiar” (os adolescentes deveriam ser provenientes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo) para adotar o princípio, por assim dizer, mais subjetivo do “engajamento” dos adolescentes (“entram aqui os jovens mais interessados” – dizia ele); era Benedito,

na qualidade de presidente da associação de moradores local (cargo que era por ele exercido à época), quem reorientava as ações dos adolescentes em prol da realização de atividades comunitárias; era ele, enfim, quem traçava os destinos do projeto.

Desta forma, paulatinamente, a implementação desta política pública foi diferindo sobremaneira daquilo que estava estabelecido em seu projeto. Como interpretar esta discrepância? Uma rápida espiadela por entre os estudos dedicados às políticas públicas nos informa que a distinção entre o "projeto" e a "vida real" afigura-se como uma regularidade sociológica. Hegemonicamente, a grande premissa metodológica destas pesquisas é analisar as políticas públicas a partir de seus pressupostos, com o intuito de diagnosticar a sua eficácia e/ou eficiência. Trata-se, desta forma, de análises institucionais e/ou programáticas de uma dada política, sublinhando sobremaneira o momento da implementação como chave explicativa para a avaliação destes programas, estabelecendo um modelo dicotômico de análise: o que era para ser feito e o que foi realmente feito. Assim, o momento de implementação de uma política (policy-executing process) equivaleria à sua formulação (policy-making) (Wedel et al., 2005).

No tocante às políticas públicas para a juventude, associa-se à premissa metodológica acima apresentada uma construção teórica a respeito da categoria juventude, forjada no campo da Sociologia. Trata-se da assertiva de ser a juventude uma "construção social". Apesar de a entrada da juventude se fazer pela fase nomeada de adolescência e comportar algumas transformações biológicas, psicológicas e de

inserção social, a "construção social" desta categoria se revela na maneira variada com que as sociedades e os períodos históricos lidam e representam este momento. Esta pluralidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (identidades étnicas, filiações religiosas, visões de mundo), de gênero, nas regiões geográficas, dentre outros. Nessa perspectiva, não se pode tipificar rigidamente a juventude como um período que tem um começo, um meio e um fim. Tampouco, podemos afirmar a existência de apenas uma maneira de ser jovem. Logo, não existe uma "juventude", mas juventudes, no plural (Pais, 1993; Margulis e Urresti, 1996; Abramo, 1997; Carrano, 2002; Sposito e Carrano, 2003; Dayrell e Gomes, 2005).

Neste diapasão, algumas iniciativas, por parte do poder público, de inclusão social de jovens em situação de risco foram criticadas devido, principalmente, a dois motivos: ao desvirtuamento dos objetivos dos programas no momento de sua implementação e às bases frágeis – no caso, os pressupostos [quando, sub-repticiamente, pretendem ocultar as desigualdades de classe vigentes na sociedade] – que os assentavam. A primeira crítica diz respeito ao modo como o projeto estaria sendo executado; a segunda, ao modo como ele teria sido pensado. Alguma coisa escapava destas análises gerencialistas, preocupadas demasiadamente com as questões institucionais de uma dada política pública.

Retomo Durkheim (1978), em sua afirmação de que nenhuma instituição humana poderia estar assentada em um engano. Algo que se afigura como uma regularidade sociológica não pode se configurar como um erro. Assim, eu

teria, pois, de compreender os padrões de implementação do Programa Agente Jovem, não valorando a diferença entre o que foi estipulado em seu desenho institucional e o que de fato ocorria. Ao analisarem uma política a partir de seus fins, os autores acima citados negligenciaram a vivência dos indivíduos que estiveram inseridos em um determinado projeto. Ao se moverem em um terreno normativo, eles não lograram uma compreensão da ação humana. Quando esta foi mobilizada, foi apenas para demonstrar como a prática forja orientações que, por vezes, negam ou reafirmam as intenções contidas nas orientações iniciais.

Assim, resolvi colocar entre parênteses os objetivos propostos pelo programa. Tendo por inspiração os trabalhos de Damo (2006) e Cravino et al. (2002), optei por não discutir as premissas do PAJ em si mesmas, quais sejam, o conjunto de valores que visam formar o "cidadão-participante", mas demonstrar como o projeto se realizava, efetivamente, em meio a configurações sociais concretas, preocupando-me não com o "ator político", mas com o "ser-no-mundo". Desta maneira, analisei a forma como o programa foi experienciado pelos diversos atores que giravam em sua órbita, numa resposta às análises de cunho gerencialista, mais preocupadas com os critérios administrativos de eficácia e/ou eficiência de uma política pública. Desta opção teórico-metodológica, o programa foi interpretado como uma outra atividade mundana qualquer, povoada por romances, intrigas, desavenças e tensões.

De fato, os autores que se dedicaram aos estudos sobre as políticas públicas para a juventude já haviam atinado para o quão multifacetada é esta categoria social. Assim, eles creditaram a ineficiência das

políticas públicas a esta falta de percepção das diversas identidades grupais às quais se inscrevem os jovens, advindas, notadamente, das suas disposições de gênero e raça, das suas vivências de classe e das suas filiações culturais (UNESCO, 2004; Castro, 2004). Todavia, essa linha de raciocínio termina por reificar a alteridade, como se o fato de os jovens pertencerem a grupos distintos impedisse o comum acordo entre eles. Ademais, a identidade não é criada apenas por processos de engajamento político e cultural. Ela também surge a partir de um conjunto de afetos.

Desta forma, pude entrever o sentido da participação política para esses jovens. Percebi que a dinâmica das relações do grupo concorria para o engajamento ou não dos atores nas atividades do programa. A emoção, a afetividade, as desavenças – esses elementos tão comuns da vida humana, geralmente não mencionados nos projetos de políticas públicas (que apresentam a vida humana apenas em termos de racionalidades e necessidades formais) – são tão ou mais potentes do que a razão e as questões pragmáticas, identitárias e institucionais. Não era um cogito revolucionário que os movia; era uma pragmática das emoções e dos sentimentos humanos. Neste sentido, as emoções aparecem como um duradouro elemento político. Neste momento, eu gostaria de sublinhar o fato de a implementação de uma política pública não se realizar em um terreno "neuro", desprovido de relações sociais. A história da gênese do PAJ, em sua unidade no Alto das Pombas, se confunde com a história pessoal de seu orientador social. Este fato trouxe grandes consequências para a dinâmica do programa em sua inserção no bairro.

Da amálgama entre políticas públicas e trajetórias pessoais

Apesar de o PAJ ter sido criado em plena segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (mais precisamente no ano de 2000), ele só veio a ser implantado no Alto das Pombas em 2005. Benedito foi a figura central para a existência desta unidade do projeto. Estávamos no início do mandato do então prefeito João Henrique Carneiro; e o Partido dos Trabalhadores (PT) era uma das legendas políticas que fazia parte da base de sustentação do seu governo. Benedito era ligado a partidários e políticos profissionais desta agremiação. Um deles é o deputado Yulo Oiticica, cuja bandeira de luta gira em torno de temas ligados à juventude. Yulo Oiticica havia prometido a Benedito, inicialmente, a inclusão de alguns adolescentes na turma do PAJ, no bairro do Engenho Velho da Federação (turma para qual Benedito prestava serviços técnicos em informática). Tal não foi a surpresa de Benedito quando soube que havia sido criado uma turma específica para o bairro do Alto das Pombas. Neste dia, ao se encontrar com o deputado e ouvir as boas notícias, ele teria chorado de alegria. “Eis aqui uma turma só para você”, teria dito o deputado. Enfim, o PAJ/Alto das Pombas surgiu como uma espécie de “dádiva” de Yulo Oiticica.

Uma vez no Alto das Pombas, o programa foi inserido na lógica de apoios e oposições à Benedito. Ora, de acordo com o antropólogo Hugo Cadenas Ramos, segundo a teoria social clássica, a sociedade se compõe, se não de pessoas, ao menos de ações encarnadas. Assim, é compreensível que os paradigmas sobre as políticas públicas utilizem o conceito de ação como uma forma de entender as relações entre Estado e sociedade. No entanto, “a ação social só pode aparecer

enquanto produto de uma observação e como tal só pode adquirir sentido na sociedade se esta for comunicada” (Ramos, 2006, p. 132). Se não temos a noção de que a ação tem se realizado no mundo, esta não possui significação para o mundo social. Só quando é comunicada, a ação passa a ser uma realidade para a sociedade. Logo, uma política pública é também um fenômeno da comunicação. É enquanto fenômeno da comunicação que o PAJ aparece no bairro Alto das Pombas como o “curso de Benedito”. Como já mencionei anteriormente, um dos poderes pelos quais Benedito era investido como principal mediador do programa era, nos termos de Bourdieu (2009), o poder classificatório. Além da categoria “jovens não engajados”, um outro critério de exclusão era o fato de o adolescente pertencer ao grupo de jovens da Igreja, dada a sua rivalidade para com esta agremiação. Essa rivalidade guarda suas origens no passado religioso de Benedito. Foi na paróquia católica do bairro onde ele deu seus primeiros passos no âmbito do ativismo político, filiando-se ao grupo que ele um dia iria se opor. Trata-se do grupo de jovens ligado ao movimento carismático da Igreja. Benedito nunca me explicou ao certo porque ele resolveu abandonar a entidade. Sempre gostava de afirmar que as pessoas eram pouco engajadas, o que contribuiu para o seu afastamento.

Uma vez liderando seu próprio grupo de jovens (pelo menos era assim que o programa era visto no bairro), Benedito foi estipulando as suas medidas, de modo a se impor perante o outro grupo. “No primeiro ano do programa eu deixei algumas vagas para essas pessoas, mas todas as nossas atividades eles queriam sabotar” – disse ele. Embora afirmasse que a participação de um jovem no movimento religioso se caracterizasse como um critério de exclusão para o PAJ, alguns dos adolescentes do programa nutriam esta dupla filiação, talvez como uma forma de

melhor espionar o que acontecia no gramado vizinho. Contudo, ele não poupava críticas para esse grupo de jovens, mesmo ante à presença dos adolescentes que ostentavam o duplo vínculo. Em relação a Marcelo, o líder do grupo, Benedito tinha uma enorme ojeriza à sua figura, talvez pelo fato de ele namorar Agripina, sua ex-namorada.

Assim sendo, temos de ficar atentos à trajetória dos atores, se quisermos compreender a dinâmica de implementação de uma política pública. No caso do PAJ/Alto das Pombas, posso afirmar que o programa estava entregue à própria sorte, a partir das iniciativas do próprio Benedito. Quando o programa ficou sem espaço físico onde pudessem ser realizadas as atividades pedagógicas, tendo-se em vista mais uma das desavenças de Benedito [desta vez foi com o padre que terminou por expulsar o PAJ das cercanias da Igreja], ele encontrou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA [localizada em uma área fronteiriça ao bairro do Alto das Pombas] um bom lugar onde ele pudesse dar continuidade às atividades do projeto. A centralização do programa em torno da figura de Benedito explica o que com ele aconteceu após as reformulações estabelecidas pelo Governo Federal, quando o PAJ passou a operar com a nova nomenclatura, qual seja, Projovem Adolescente.

A conversão para o Projovem Adolescente

Com as mudanças no desenho institucional do programa, pude compreender, de uma maneira mais acurada, as interações entre os atores e as instituições estatais (em especial, a produção normativa do Estado). Eis o que se sucedeu com o PAJ.

Em meados de julho de 2008, algumas mudanças de cunho institucional alteraram

os destinos do PAJ. Com a reestruturação do conjunto de programas que compõem a política de proteção social para a juventude, o PAJ foi incorporado ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem). Originalmente, o ProJovem foi implantado em 2005, tendo por objetivo a inclusão social de jovens de 18 a 24 anos, visando à integração entre o aumento da escolaridade, a qualificação profissional e a participação sociopolítica.

Porém, em 2007, após amplo processo de avaliação, o ProJovem se reorganizou e ampliou o seu raio de atuação. Em linhas gerais, o projeto foi integrado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este, por sua vez, é uma prerrogativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujo objetivo é a integração de todas as ações socioassistenciais patrocinadas pelo Estado, numa espécie de gestão acompanhada e avaliada tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, igualmente representados nos conselhos nacionais do Distrito Federal, estaduais e municipais de assistência social (Brasil, 2008). De acordo com o MDS, o ProJovem transformou-se em uma ação unificada para a juventude, com a participação de várias instâncias ministeriais, destinado aos jovens egressos de outros programas sociais, como, por exemplo, o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ou em estado de "vulnerabilidade social", independentemente da renda, tendo sido encaminhado pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – unidades de gestão descentralizadas, que prestam serviços de proteção social – pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público. O ProJovem original transformou-se em Projovem Urbano. Outras três modalidades do programa foram criadas: o Projovem Campo (reorganização do programa Saberes da Terra, tendo por

objetivo o acesso e a permanência dos jovens agricultores no sistema educacional) e o ProJovem Trabalhador (unificação dos programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens ao mercado de trabalho) – todos endereçados a jovens acima de dezoito anos de idade – e o ProJovem Adolescente, reformulação do Programa Agente Jovem, destinado aos jovens de 15 a 17 anos de idade (Brasil, 2008).

Desta feita, em julho de 2008 (após quase um ano de implantação oficial das mudanças), o PAJ do Alto das Pombas, como dos demais núcleos do programa presentes em todo o país, passa a operar com a nova nomenclatura. A conversão para ProJovem Adolescente trouxe consigo certa mudança no perfil dos beneficiários. Eram cerca de 60 jovens, distribuídos em uma turma matutina e outra vespertina, que, comparados à turma anterior (que ainda se chamava de PAJ), apresentavam um perfil socioeconômico menos saudável, para me utilizar do jargão dos economistas.

Aos olhos dos veteranos, os novos beneficiários nada mais eram do que “o pessoal da baixada do Alto das Pombas e adjacências”. A frequência de contatos diários entre Benedito e os adolescentes foi reduzida drasticamente. O programa, que antes consumia as tardes inteiras dos dias úteis da semana, passou a ocupar duas horas diárias de três dias semanais (de segunda a quarta-feira). Benedito também perdeu o controle em torno da remuneração dos jovens. Como o ProJovem é atrelado ao Bolsa Família, outro programa de transferência de renda estipulado pelo governo federal, as mães dos adolescentes passaram a gerenciar o recebimento do benefício. Anteriormente, era Benedito quem detinha a prerrogativa de repassar o benefício aos adolescentes, o que

não deixava de ser uma forma de relação de poder entre os jovens e ele, pois muitas vezes ele se utilizava do expediente de não pagar a bolsa como uma forma de conseguir a obediência dos seus pupilos. Esta mudança no desenho institucional do projeto fez com que, paulatinamente, Benedito fosse perdendo o interesse para com os destinos do programa. Em seu entender, o projeto ficou engessado por rotinas burocráticas, diminuindo o raio de ação dos próprios indivíduos.

De fato, não se tratava de uma situação confortável para Benedito, levando-se em consideração o quanto ele era uma pessoa acostumada a centralizar em torno de si todas as tarefas e atividades das quais participava. Tal centralização, inclusive, teve bastante repercussão para o destino dos projetos sociais por ele coordenados. No transcorrer do meu trabalho de campo, aos poucos, fui notando o quanto a estrutura do ProJovem Adolescente e a estrutura da associação de moradores do bairro, da qual Benedito era presidente, estavam como que imbricadas. O locus para tal amalgamento era o Colégio Municipal Tertuliano Góes, onde, em uma sala emprestada pela diretora da instituição, Benedito atendia em nome da associação comunitária local. No âmbito das atividades da associação dos moradores, alguns adolescentes mais próximos a ele eram recrutados para o auxiliar nas tarefas do bairro. Entretanto, ao se envolverem nestas demandas, eles por vezes se envolviam nos destinos do ProJovem.

Em algumas ocasiões, Benedito transferiu para um dos adolescentes a tarefa de conduzir as atividades pedagógicas do ProJovem. Com o tempo, estas substituições passaram a ser cada vez mais corriqueiras, talvez pelo fato de ter havido algumas mudanças no horizonte político de Benedito. Este saiu fortalecido das eleições municipais.

A candidata ao Poder Legislativo municipal por ele apoiada, Marta Rodrigues (PT-BA), conseguiu se eleger. Já no alvorecer do ano de 2009, Benedito foi indicado a um cargo no gabinete da sua vereadora. No mês de maio do mesmo ano, o deputado Nelson Pelegrino (PT-BA) assumiu a Secretaria de Justiça do Estado da Bahia. Tal ascensão também o beneficiou, pois a vereadora Marta Rodrigues ganhou status político justamente por meio do mecenato do citado deputado. Resultado: mais um cargo político acumulado por Benedito. Enquanto isso, as duas turmas do ProJovem estavam minguando. Em outubro de 2009, apenas dois adolescentes frequentavam o turno vespertino do programa, o que obrigou o cancelamento prematuro do ano letivo do projeto. No final de 2010, o projeto foi oficialmente extinto, pelo menos no que diz respeito ao núcleo do Alto das Pombas.

Aqui reside, talvez, a chave explicativa do problema. Muitas políticas públicas estão alicerçadas nas bases frágeis do carisma pessoal. Toda a sociologia weberiana sobejamente tem afirmado o quanto o carisma é algo etéreo, que se dissolve no ar, encontrando sérios entraves para a sua transmissão. Ainda que Benedito deixasse a condução das atividades do ProJovem a um dos mais dedicados adolescentes, toda a sua dedicação não conseguiu fazer frente à figura do próprio Benedito. Durante um grande intervalo de tempo, o PAJ, o ProJovem, qualquer que seja a denominação do programa, pôde seguir adiante porque houve um amalgamento entre o projeto social, estipulado pela produção normativa do Estado, e as características pessoais de Benedito. Quando surgiram outras oportunidades, o grupo declinou, tendo-se em vista que o Estado continuava tão ausente quanto antes.

Considerações finais

A execução de uma política pública se insere em um determinado lugar, com uma rede de relações que caracteriza cada espaço social específico, cujas práticas individuais são influenciadas – mas não totalmente determinadas – pelo contexto institucional/estrutural em que se inscrevem as suas ações (Cravino et al., 2001). Desta forma, a implantação de uma política não implica tão somente a incorporação de recursos materiais, mas também a assunção das relações sociais que, por assim dizer, a atravessam.

Assim, a ação política proposta pelo ProJovem Adolescente se encontrou associada a outras esferas sociais, tais como a religião, a política eleitoral, o parentesco, a comunidade. Desta forma, para se compreender como os indivíduos experienciam a sua inserção em um projeto de política pública, temos de recorrer à lição deixada por Malinowski e Mauss de que os ditos sistemas sociais se encontram interligados (Peirano, 1998).

O padrão das redes sociais se confirmou na dinâmica externa do programa. Estas redes podem ser concomitantemente um fator de apoio ou um fator de desagravo para os indivíduos. No caso em tela, a história da gênese do projeto, em sua unidade no Alto das Pombas, se confundiu com a história pessoal de seu orientador social. Tendo uma carreira pregressa de rupturas políticas, ele trouxe para dentro do programa os ecos conflituosos do passado, suscitados por seu engajamento em projetos de “inclusão” e “profissionalização” de jovens e a sua militância em movimentos sociais. Se o programa era visto pela comunidade como

“o curso de Benedito”, e não como uma ação do Estado, isto trouxe sérias consequências para a sua dinâmica. Tendo-se em vista ainda que Benedito também era o presidente da Associação dos Moradores, o seu “grupo” emergiu como contraposto a outros grupos, notadamente o grupo de jovens da Igreja Católica.

Por fim, os dados apontam para a grande lição deixada por Gilberto Velho (2004), qual seja: a não existência de projetos individuais

“puros”, sem referências a outrem ou ao social. “Os projetos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas” (Velho, 2004, p. 26). Desta forma, como sugestão para uma agenda de pesquisa, as trajetórias dos atores se constituem em dados a serem considerados por ocasião da avaliação de uma política pública.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*, Revista Brasileira de Educação, n. 5/6, p. 25-36, 1997. (Número especial sobre juventude e contemporaneidade).
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRASIL. *Projeto pedagógico integrado–PPI– ProJovem Urbano*. Brasília, 2008. Disponível em: <www.projovemurbano.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf>. Acesso: 17/10/2010.
- _____. *Portaria nº. 1.111, de 06 de junho de 2000*. Dispõe sobre as Normas e Diretrizes do Projeto Programa Agente Jovem. Ministério da Previdência e Assistência Social. Disponível em: <http://www.compadres.org.br/page_legislacao/portarias_doc>. Acesso em: 26/05/2008.
- CARRANO, Paulo César. *Os jovens e a cidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto de Cidadania e Ed. Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.
- CRAVINO, Maria C. et al. Sociabilidad e micropolítica en un barrio bajo planes. In: ANDRENACCI, L. (Org.). *Cuestión social y política social en el Grand Buenos Aires*. La Plata: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002.
- DAMO, ARLEY. A peça orçamentária: os sentidos da participação política a partir da OP porto-alegrense. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema. (Orgs.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 136-186.
- DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma. *A juventude no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- LINS E BARROS, Myriam. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo (Orgs.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, Dell H. (Ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Pantheon Books, 1972. p. 284-311.
- PAIS, JoséMachado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1993.
- PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. In: _____. *Três Ensaio Breves*. Brasília:UnB, "Série Antropologia", n. 230, 1998. p. 17-29.
- RAMOS, Hugo Cadenas. *Un modelo de análisis para las políticas públicas*, Revista de Estudios Interdisciplinarios ASOSYLFF, v. 1, n. 1, p. 131-138, 2006.
- SHORE, Cris; WRIGHT, Susan (Eds.). *Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power*. London: Routledge, 1997.
- SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo César. *Juventude e políticas públicas no Brasil*, Revista Brasileira de Educação, p. 16-39, set./nov. 2003.
- UNESCO. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Coordenado por Mary Castro e Miriam Abramovay. Brasília: UNESCO, 2004.
- VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 12-37.
- VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

Resumen: Este artículo resulta de una etnografía realizada con beneficiarios del ProJovem adolescente, que se encuentran en el Alto de las Pombas, barrio popular de Salvador. El objetivo es investigar la relación entre la aplicación de las políticas públicas y la historia personal de algunos actores. Por lo tanto, es de gran importancia conocer los circuitos de relaciones establecidos por el programa, a saber: su inserción en el barrio, las relaciones con la familia, con las instituciones públicas y las autoridades locales. Este estudio busca establecer un enfoque alternativo para los análisis basados en la eficacia y/o eficiencia de las políticas públicas, interesados en conocer cómo los individuos producen, reproducen y replantean lo propuesto por el Estado. En conclusión, señalo la importancia de analizar la trayectoria de los individuos y de las redes sociales si se quiere entender las parcelas que surgen durante el proceso de aplicación de una determinada política.

Palabras clave: política pública, juventud, ProJovem, redes sociales, trayectoria personal.

Résumé: Cet article est le résultat d'une ethnographie menée dans des classes de bénéficiaires ProJovem Adolescente, situés dans le Alto das Pombas, quartier populaire de Salvador. Mon but est d'étudier la relation entre la mise en œuvre des politiques publiques et de l'histoire personnelle de certains acteurs. Par conséquent, une grande importance sera accordée aux relations de circuits établis par le programme, à savoir, son insertion dans le quartier, les relations avec la famille, avec les institutions publiques et les collectivités locales. Cette étude vise à établir une approche alternative à l'analyse fondée sur l'efficacité et/ou l'efficacité des politiques publiques, qui souhaitent savoir comment les individus produisent, reproduisent la production de l'état. En conclusion, je souligne l'importance de l'analyse de la trajectoire des individus et des réseaux sociaux si vous voulez comprendre les parcelles qui apparaissent au cours du processus de mise en œuvre d'une politique donnée.

Mots-clés: l'ordre public, la jeunesse, ProJovem, réseaux sociaux, trajectoire personnelle.

Notas

1 Este artigo foi financiado pela Fapesb. Deste trabalho, surgiram minha monografia de conclusão de curso e minha dissertação em antropologia, ambos pela UFBA